STJ00115808

FLÁVIO
TARTUCE

MANUAL DE DIREITO CIVIL

VOLUME ÚNICO

13ª edição revista, atualizada e ampliada

gen | EDITORA MÉTODO

STJ00115808

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *26.12.2022*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

1229930

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198m
13. ed.
Tartuce, Flávio, 1976- Manual de direito civil : volume único / Flávio Tartuce. – 13. ed. – Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-698-2

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

22-81718 CDU: 347(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

abdr
Respeite o direito autoral

STJ00115808

SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO 1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução 1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução) 2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução 6
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução 8
1.4.1 A analogia 10
1.4.2 Os costumes 12
1.4.3 Os princípios gerais de Direito 14
1.4.4 A equidade 17
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução 19
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado 23
1.7 Estudo das antinomias jurídicas 30
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o direito público 33

2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 39
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo 39
2.1.1 Direito Civil Constitucional 47
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais 51
2.1.3 O diálogo das fontes 53
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico 58
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural 58
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos 58
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro 59
2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002 65
2.2.3.1 Dos absolutamente incapazes 69

STJ00115808

2.2.3.2 Dos relativamente incapazes 72
2.2.4 A emancipação 76
2.2.5 Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Código de Processo Civil de 2015 77
2.2.6 O domicílio da pessoa natural 124
2.2.7 A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos 125
2.2.7.1 Morte real 125
2.2.7.2 Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação. 126
2.2.7.3 Morte presumida com declaração de ausência 127
2.2.7.4 A comoriência 131
2.2.8 O estado civil da pessoa natural. Visão crítica 133
2.3 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica 138
2.3.1 Conceito de pessoa jurídica e suas classificações 138
2.3.2 Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC 141
2.3.3 Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas 149
2.3.3.1 Das associações 149
2.3.3.2 Das fundações particulares 156
2.3.3.3 Das sociedades 158
2.3.3.4 Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas 160
2.3.4 Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado 161
2.3.5 Da extinção da pessoa jurídica de direito privado 161
2.3.6 Da desconsideração da personalidade jurídica 163
2.4 Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito 181
2.4.1 Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo 181
2.4.2 Principais classificações dos bens 186
2.4.2.1 Classificação quanto à tangibilidade 186
2.4.2.2 Classificação quanto à mobilidade 186
2.4.2.3 Classificação quanto à fungibilidade 188
2.4.2.4 Classificação quanto à consuntibilidade 189
2.4.2.5 Classificação quanto à divisibilidade 189
2.4.2.6 Classificação quanto à individualidade 190
2.4.2.7 Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados) 192
2.4.2.8 Classificação em relação ao titular do domínio 196
2.4.3 Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico 197
2.4.3.1 Bem de família voluntário ou convencional 198
2.4.3.2 Bem de família legal 200
2.5 Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico 211
2.5.1 Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico 211

STJ00115808

2.5.2 Classificações do negócio jurídico 216
2.5.3 Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteana 217
2.5.3.1 Plano da existência 219
2.5.3.2 Plano da validade 220
2.5.3.3 Plano da eficácia 230
2.5.3.4 A Escada Ponteana e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, *caput*, do CC. Exemplos práticos 230
2.5.4 Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo 233
2.5.5 Vícios ou defeitos do negócio jurídico 239
2.5.5.1 Do erro e da ignorância 240
2.5.5.2 Do dolo 243
2.5.5.3 Da coação 246
2.5.5.4 Do estado de perigo 248
2.5.5.5 Da lesão 250
2.5.5.6 Da simulação. O enquadramento da reserva mental 254
2.5.5.7 Da fraude contra credores 259
2.5.6 Teoria das nulidades do negócio jurídico 270
2.5.6.1 Da inexistência do negócio jurídico 271
2.5.6.2 Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo 271
2.5.6.3 Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável 278
2.5.6.4 Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade) 284
2.6 Prescrição e decadência 285
2.6.1 Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência 285
2.6.2 Regras quanto à prescrição 287
2.6.3 Regras quanto à decadência 311
2.6.4 Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência 314

3. TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES 315
3.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos 315
3.1.1 Elementos subjetivos da obrigação 317
3.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação 318
3.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação 319
3.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo 321
3.3 As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro 322
3.4 Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional 323
3.4.1 Da promessa de recompensa 323
3.4.2 Da gestão de negócios 324
3.4.3 Do pagamento indevido 326
3.4.4 Do enriquecimento sem causa 327

STJ00115808

3.5 Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002 330
3.5.1 Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação 330
3.5.1.1 Obrigação positiva de dar 331
3.5.1.2 Obrigação positiva de fazer 337
3.5.1.3 Obrigação negativa de não fazer 338
3.5.2 Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto 339
3.5.2.1 Obrigação simples 339
3.5.2.2 Obrigação composta 339
3.5.3 Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias 342
3.5.3.1 Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC) 342
3.5.3.2 Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC) 344
3.5.3.3 Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC) 349
3.5.4 Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional 356
3.6 O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento) 361
3.6.1 Primeiras palavras 361
3.6.2 Do pagamento direto 362
3.6.2.1 Elementos subjetivos do pagamento direto. O solvens e o accipiens. Quem paga e quem recebe 362
3.6.2.2 Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga 366
3.6.2.3 Do lugar do pagamento direto. Onde se paga 372
3.6.2.4 Do tempo do pagamento. Quando se paga 374
3.6.3 Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto 375
3.6.3.1 Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento) 375
3.6.3.2 Da imputação do pagamento 380
3.6.3.3 Do pagamento com sub-rogação 381
3.6.3.4 Da dação em pagamento 384
3.6.3.5 Da novação 386
3.6.3.6 Da compensação 389
3.6.3.7 Da confusão 393
3.6.3.8 Da remissão de dívidas 394
3.7 Da transmissão das obrigações 395
3.7.1 Introdução 395
3.7.2 Da cessão de crédito 395
3.7.3 Da cessão de débito ou assunção de dívida 401
3.7.4 Da cessão de contrato 403
3.8 Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual 404
3.8.1 Modalidades de inadimplemento 404
3.8.2 Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora 407

STJ00115808

3.8.3 Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação 412
3.8.4 Dos juros no Código Civil de 2002 417
3.8.5 Da cláusula penal 424
3.8.6 Das arras ou sinal 437

4. RESPONSABILIDADE CIVIL 441
4.1 Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito 441
4.2 Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar 454
4.2.1 Primeiras palavras conceituais 454
4.2.2 Conduta humana 455
4.2.3 A culpa genérica ou *lato sensu* 456
4.2.3.1 O dolo 456
4.2.3.2 Da culpa estrita ou *stricto sensu* 457
4.2.4 O nexo de causalidade 462
4.2.5 Dano ou prejuízo 470
4.2.5.1 Danos patrimoniais ou materiais 471
4.2.5.2 Danos morais 474
4.2.5.3 Danos estéticos 491
4.2.5.4 Danos morais coletivos 494
4.2.5.5 Danos sociais 495
4.2.5.6 Danos por perda de uma chance 501
4.2.5.7 Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002 504
4.3 A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva 508
4.3.1 Responsabilidade civil subjetiva 508
4.3.2 A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo 508
4.3.3 A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas 517
4.3.3.1 A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta 517
4.3.3.2 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal 524
4.3.3.3 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção 526
4.3.3.4 A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento) 527
4.3.3.5 A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ... 528
4.4 Das excludentes do dever de indenizar 533
4.4.1 Da legítima defesa 533
4.4.2 Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente 534
4.4.3 Do exercício regular de direito ou das próprias funções 535

STJ00115808

4.4.4 Das excludentes de nexo de causalidade 536
4.4.5 Da cláusula de não indenizar 536

5. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS 539
5.1 Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno 539
5.2 Principais classificações contratuais 542
5.2.1 Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas 542
5.2.2 Quanto ao sacrifício patrimonial das partes 542
5.2.3 Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato 543
5.2.4 Quanto aos riscos que envolvem a prestação 543
5.2.5 Quanto à previsão legal 544
5.2.6 Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo 546
5.2.7 Quanto à presença de formalidades ou solenidades 548
5.2.8 Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos 548
5.2.9 Quanto ao momento do cumprimento 551
5.2.10 Quanto à pessoalidade 551
5.2.11 Quanto à definitividade do negócio 552
5.3 Princípios contratuais no Código Civil de 2002 552
5.3.1 Primeiras palavras 552
5.3.2 Princípio da autonomia privada 555
5.3.3 Princípio da função social dos contratos 560
5.3.4 Princípio da força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*) 571
5.3.5 Princípio da boa-fé objetiva 574
5.3.6 Princípio da relatividade dos efeitos contratuais 593
5.4 A formação do contrato pelo Código Civil 596
5.4.1 Fase de negociações preliminares ou de puntuação 596
5.4.2 Fase de proposta, policitação ou oblação 599
5.4.3 Fase de contrato preliminar 602
5.4.4 Fase de contrato definitivo 607
5.5 A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor 607
5.5.1 Primeiras palavras 607
5.5.2 A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002 608
5.5.3 A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor 618
5.6 Os vícios redibitórios no Código Civil 621
5.7 A evicção 628
5.8 Extinção dos contratos 636
5.8.1 Extinção normal dos contratos 637
5.8.2 Extinção por fatos anteriores à celebração 637

STJ00115808

5.8.3 Extinção por fatos posteriores à celebração 639
5.8.4 Extinção por morte de um dos contratantes 652

6. CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002) 655
6.1 Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC) 655
6.1.1 Conceito e natureza jurídica 655
6.1.2 Elementos constitutivos da compra e venda 658
6.1.3 A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato 661
6.1.4 Restrições à autonomia privada na compra e venda 663
6.1.4.1 Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC) 663
6.1.4.2 Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC) 668
6.1.4.3 Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC) 668
6.1.4.4 Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC) 670
6.1.5 Regras especiais da compra e venda 673
6.1.5.1 Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC) 673
6.1.5.2 Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC) 674
6.1.5.3 Venda por medida, por extensão ou *ad mensuram* (art. 500 do CC) 675
6.1.5.4 Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC) 676
6.1.6 Das cláusulas especiais da compra e venda 677
6.1.6.1 Cláusula de retrovenda 678
6.1.6.2 Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional 680
6.1.6.3 Cláusula de venda sobre documentos 683
6.1.6.4 Cláusula de venda com reserva de domínio 684
6.2 Da troca ou permuta (art. 533 do CC) 689
6.2.1 Conceito e natureza jurídica 689
6.2.2 Objeto do contrato e relação com a compra e venda 689
6.2.3 Troca entre ascendentes e descendentes 690
6.3 Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) 691
6.3.1 Conceito e natureza jurídica 691
6.3.2 Efeitos e regras do contrato estimatório 692
6.4 Da doação (arts. 538 a 564 do CC) 693
6.4.1 Conceito e natureza jurídica 693
6.4.2 Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies 696
6.4.2.1 Doação remuneratória 696
6.4.2.2 Doação contemplativa ou meritória 697
6.4.2.3 Doação a nascituro 697
6.4.2.4 Doação sob forma de subvenção periódica 698
6.4.2.5 Doação em contemplação de casamento futuro 698

STJ00115808

6.4.2.6 Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges 699
6.4.2.7 Doação com cláusula de reversão 701
6.4.2.8 Doação conjuntiva 702
6.4.2.9 Doação manual 703
6.4.2.10 Doação inoficiosa 703
6.4.2.11 Doação universal 707
6.4.2.12 Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice 708
6.4.2.13 Doação a entidade futura 709
6.4.2.14 Doação famélica 709
6.4.3 Da promessa de doação 711
6.4.4 Da revogação da doação 712
6.5 Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC) 715
6.5.1 Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação 715
6.5.2 Efeitos da locação regida pelo Código Civil 716
6.6 Do empréstimo. Comodato e mútuo 719
6.6.1 Introdução. Conceitos básicos 719
6.6.2 Do comodato (arts. 579 a 585 do CC) 719
6.6.3 Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC) 725
6.7 Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC) 730
6.7.1 Conceito e natureza jurídica 730
6.7.2 Regras da prestação de serviços no CC/2002 731
6.8 Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC) 738
6.8.1 Conceito e natureza jurídica 738
6.8.2 Regras da empreitada no CC/2002 739
6.9 Do depósito (arts. 627 a 652 do CC) 744
6.9.1 Conceito e natureza jurídica 744
6.9.2 Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional 746
6.9.3 Do depósito necessário 748
6.9.4 Da prisão do depositário infiel 749
6.10 Do mandato (arts. 653 a 692 do CC) 750
6.10.1 Conceito e natureza jurídica 750
6.10.2 Principais classificações do mandato 754
6.10.3 Principais regras do mandato no CC/2002 756
6.11 Da comissão (arts. 693 a 709 do CC) 764
6.12 Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC) 767
6.13 Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC) 770
6.14 Do transporte (arts. 730 a 756 do CC) 778
6.14.1 Conceito e natureza jurídica 778
6.14.2 Regras gerais do transporte no CC/2002 779
6.14.3 Do transporte de pessoas 782
6.14.4 Do transporte de coisas 787
6.15 Do seguro (arts. 757 a 802 do CC) 790

STJ00115808

6.15.1 Conceito e natureza jurídica 790
6.15.2 Regras gerais do seguro no CC/2002 792
6.15.3 Do seguro de dano 804
6.15.4 Do seguro de pessoa 809
6.16 Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC) 815
6.17 Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC) 816
6.18 Da fiança (arts. 818 a 839 do CC) 819
6.18.1 Conceito e natureza jurídica 819
6.18.2 Efeitos e regras da fiança no CC/2002 823
6.19 Da transação (arts. 840 a 850 do CC) 827
6.20 Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC) 832

7. DIREITO DAS COISAS 837
7.1 Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais 837
7.2 Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo 846
7.3 Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC) 849
7.3.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse 849
7.3.2 Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos 854
7.3.3 Principais classificações da posse 857
7.3.4 Efeitos materiais e processuais da posse 862
7.3.4.1 Efeitos da posse quanto aos frutos 862
7.3.4.2 Efeitos da posse em relação às benfeitorias 863
7.3.4.3 Posse e responsabilidades 865
7.3.4.4 Posse e usucapião. Primeira abordagem 866
7.3.4.5 Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios 867
7.3.4.6 A legítima defesa da posse e o desforço imediato 877
7.3.5 Formas de aquisição, transmissão e perda da posse 878
7.3.6 Composse ou compossessão 881
7.4 Da propriedade 882
7.4.1 Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos 882
7.4.2 Principais características do direito de propriedade 887
7.4.3 Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade 888
7.4.4 A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002) 896
7.4.5 Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária 904
7.4.6 Formas de aquisição da propriedade imóvel 905
7.4.6.1 Das acessões naturais e artificiais 907
7.4.6.2 Da usucapião de bens imóveis 914
7.4.6.2.1 Generalidades 914

STJ00115808

7.4.6.2.2 Modalidades de usucapião de bens imóveis 920
7.4.6.2.3 Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil 934
7.4.6.2.4 A questão da usucapião de bens públicos 936
7.4.6.2.5 Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 e pela Lei 14.382/2022 938
7.4.6.3 Do registro do título 942
7.4.6.4 Da sucessão hereditária de bens imóveis 945
7.4.7 Formas de aquisição da propriedade móvel 946
7.4.7.1 Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta 946
7.4.7.2 Da usucapião de bens móveis 948
7.4.7.3 Da especificação 950
7.4.7.4 Da confusão, da comistão e da adjunção 951
7.4.7.5 Da tradição 952
7.4.7.6 Da sucessão hereditária de bens móveis 954
7.4.8 Da perda da propriedade imóvel e móvel 954
7.4.9 Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária 958
7.5 Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019 964
7.6 Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC) 969
7.6.1 Conceitos básicos 969
7.6.2 Do uso anormal da propriedade 971
7.6.3 Das árvores limítrofes 974
7.6.4 Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações 975
7.6.5 Das águas 978
7.6.6 Do direito de tapagem e dos limites entre prédios 983
7.6.7 Do direito de construir 984
7.7 Do condomínio 988
7.7.1 Conceito, estrutura jurídica e modalidades 988
7.7.2 Do condomínio voluntário ou convencional 989
7.7.3 Do condomínio necessário 993
7.7.4 Do condomínio edilício 993
7.7.4.1 Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício 993
7.7.4.2 Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício 1004
7.7.4.3 Da administração do condomínio edilício 1017
7.7.4.4 Da extinção do condomínio edilício 1025
7.7.4.5 Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples 1025

STJ00115808

7.7.4.6 A multipropriedade ou *time sharing*. Estudo da Lei 13.777/2018 .. 1032
7.8 Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula) 1046
7.9 Dos direitos reais de gozo ou fruição 1056
7.9.1 Generalidades 1056
7.9.2 Da superfície 1056
7.9.3 Das servidões 1062
7.9.4 Do usufruto 1067
7.9.5 Do uso 1075
7.9.6 Da habitação 1076
7.9.7 Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007 1077
7.9.8 Do direito real de laje 1078
7.10 Dos direitos reais de garantia 1087
7.10.1 Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002 1087
7.10.2 Do penhor 1091
7.10.3 Da hipoteca 1097
7.10.4 Da anticrese 1108
7.10.5 Da alienação fiduciária em garantia 1110

8. DIREITO DE FAMÍLIA 1141
8.1 Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais 1141
8.1.1 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988) 1142
8.1.2 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988) 1147
8.1.3 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC) 1147
8.1.4 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC) 1148
8.1.5 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC) 1149
8.1.6 Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, *caput*, da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC) 1149
8.1.7 Princípio da afetividade 1151
8.1.8 Princípio da função social da família (art. 226, *caput*, da CF/1988) 1154
8.1.9 Princípio da boa-fé objetiva 1154
8.2 Concepção constitucional de família 1160
8.3 Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC) 1162
8.3.1 Conceito, natureza jurídica e princípios 1162
8.3.2 Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento 1164
8.3.3 Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022). Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração 1173
8.3.3.1 Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC) 1180

STJ00115808

8.3.3.2 Casamento nuncupativo (em viva voz) ou *in extremis vitae momentis*, ou *in articulo mortis* (art. 1.540 do CC) 1181
8.3.3.3 Casamento por procuração (art. 1.542 do CC) 1183
8.3.3.4 Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC) 1183
8.3.4 Da invalidade do casamento 1184
8.3.4.1 Esclarecimentos necessários 1184
8.3.4.2 Do casamento inexistente 1184
8.3.4.3 Do casamento nulo 1188
8.3.4.4 Do casamento anulável 1191
8.3.4.5 Do casamento putativo 1197
8.3.5 Provas do casamento 1198
8.3.6 Efeitos pessoais do casamento e seus deveres 1199
8.3.7 Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens 1201
8.3.7.1 Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens 1201
8.3.7.2 Regras gerais quanto ao regime de bens 1207
8.3.7.3 Regras quanto ao pacto antenupcial 1216
8.3.7.4 Regime de bens. Regras especiais 1219
8.3.8 Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio 1230
8.3.8.1 Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015 1230
8.3.8.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010 1248
8.3.8.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato 1248
8.3.8.2.2 Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010 1250
8.3.8.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto 1252
8.3.8.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal 1257
8.3.8.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010 1260
8.3.8.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014) 1263
8.3.8.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio 1284

STJ00115808

8.4 Da união estável ... 1286
8.4.1 Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato ... 1286
8.4.2 Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável ... 1298
8.4.3 A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável ... 1308
8.5 Relações de parentesco ... 1314
8.5.1 Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC) ... 1314
8.5.2 Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC) ... 1317
8.5.3 Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC) ... 1339
8.5.3.1 Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos ... 1339
8.5.3.2 Reconhecimento voluntário ou perfilhação ... 1340
8.5.3.3 Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória ... 1342
8.5.4 Da adoção ... 1349
8.5.5 Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental ... 1359
8.6 Dos alimentos no Código Civil de 2002 ... 1368
8.6.1 Conceito e pressupostos da obrigação alimentar ... 1368
8.6.2 Características da obrigação de alimentos ... 1371
8.6.3 Principais classificações dos alimentos ... 1382
8.6.4 Extinção da obrigação de alimentos ... 1391
8.7 Da tutela e da curatela ... 1393
8.7.1 Primeiras palavras ... 1393
8.7.2 Da tutela ... 1397
8.7.3 Da curatela ... 1406

9. DIREITO DAS SUCESSÕES ... 1427
9.1 Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões ... 1427
9.2 Da herança e de sua administração ... 1434
9.3 Da herança jacente e da herança vacante ... 1437
9.4 Da vocação hereditária e os legitimados a suceder ... 1442
9.5 Da aceitação e renúncia da herança ... 1445
9.6 Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças ... 1452
9.7 Da ação de petição de herança ... 1456
9.8 Da sucessão legítima ... 1461
9.8.1 Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil ... 1461
9.8.2 Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (*Informativo* n. 864 da Corte) ... 1467

STJ00115808

9.8.3 Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro 1477
9.8.4 Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente 1479
9.8.5 Da sucessão dos colaterais 1484
9.8.6 Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro 1486
9.8.7 Do direito de representação 1501
9.9 Da sucessão testamentária 1503
9.9.1 Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto 1503
9.9.2 Das modalidades ordinárias de testamento 1509
9.9.2.1 Do testamento público 1511
9.9.2.2 Do testamento cerrado 1514
9.9.2.3 Do testamento particular 1517
9.9.3 Das modalidades especiais de testamento 1523
9.9.3.1 Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico 1523
9.9.3.2 Do testamento militar 1524
9.9.4 Do codicilo 1524
9.9.5 Das disposições testamentárias 1526
9.9.6 Dos legados 1533
9.9.6.1 Conceito e espécies 1533
9.9.6.2 Dos efeitos do legado e do seu pagamento 1535
9.9.6.3 Da caducidade dos legados 1537
9.9.7 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários 1537
9.9.8 Das substituições testamentárias 1539
9.9.9 Da redução das disposições testamentárias 1542
9.9.10 Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade 1543
9.9.11 Do rompimento do testamento 1545
9.9.12 Do testamenteiro 1548
9.10 Do inventário e da partilha 1551
9.10.1 Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos 1551
9.10.1.1 Do inventário judicial 1553
9.10.1.1.1 Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum) 1554
9.10.1.1.2 Inventário judicial pelo rito sumário 1579
9.10.1.1.3 Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum 1582
9.10.1.2 Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública 1585
9.10.2 Da pena de sonegados 1594
9.10.3 Do pagamento das dívidas 1596

STJ00115808

9.10.4 Da colação ou conferência 1599
9.10.5 Da redução das doações inoficiosas 1604
9.10.6 Da partilha 1606
9.10.6.1 Da partilha amigável ou extrajudicial 1606
9.10.6.2 Da partilha judicial 1608
9.10.6.3 Da partilha em vida 1613
9.10.7 Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção 1614
9.10.8 Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha 1615

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1619